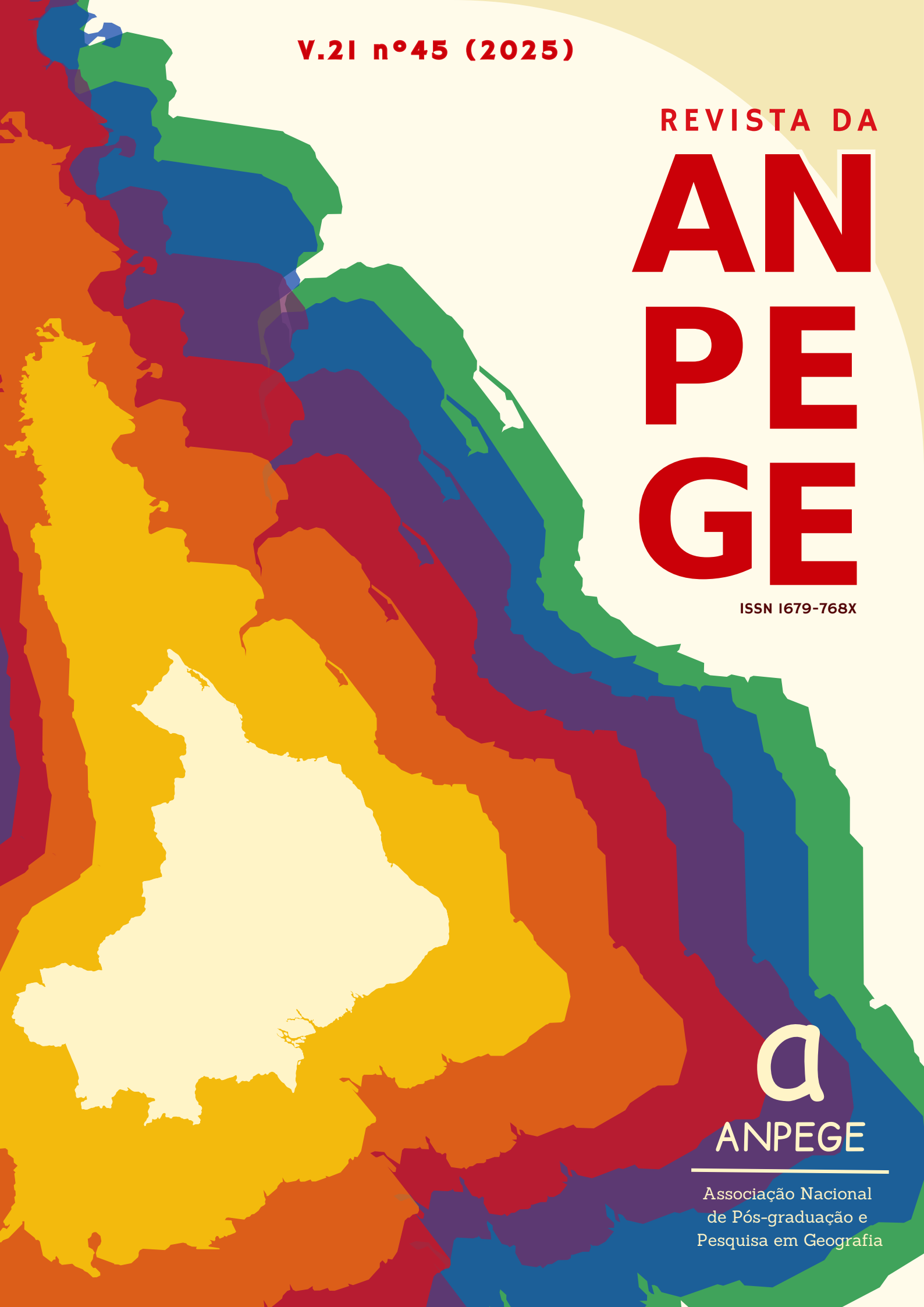
V.21 nº45 (2025)

REVISTA DA ANPEGE

ISSN 1679-768X



a ANPEGE

Associação Nacional
de Pós-graduação e
Pesquisa em Geografia

REVISTA DA
ANPEGE



DOSSIÊ AMAZÔNIA, AMAZÔNIAS

“Sobrevivendo ao Inferno”: mineração e luta pela terra em Canaã dos Carajás (PA) – o caso do Acampamento Oziel Alves do MST

“Surviving Hell”: mining and the struggle for land in Canaã dos Carajás (PA) – the case of the MST Oziel Alves Camp

“Sobreviviendo al infierno”: la minería y la lucha por la tierra en Canaã dos Carajás (PA) – el caso del Campamento Oziel Alves del MST

DOI: 10.5418/ra2025.v21i45.19622

RITA DE KÁSSIA PINHEIRO FERREIRA
Universidade do Estado do Pará (UEPA)

FABIANO DE OLIVEIRA BRINGEL
Universidade do Estado do Pará (UEPA)

V.21 n°45 (2025)
e-issn : 1679-768X

RESUMO: Trata-se de um estudo sobre a relação entre a Mineração e Questão Agrária no Sudeste do Pará. Para isso, estudamos a territorialização de um acampamento, ligado ao MST, no Município de Canaã dos Carajás. Área de expansão da mineração protagonizada pela Vale S.A. Imbuídos na necessidade de compreender as estratégias de resistência do campesinato frente às ações de monopolização do território pelo capital mineral. Nosso objetivo é discutir o fenômeno da proletarização do camponês junto ao circuito espacial da mineração em Carajás, tendo como estudo de caso o Acampamento Oziel Pereira Alves do MST na Região de Carajás. Nosso entendimento é que a luta pela terra possibilita aos trabalhadores assalariados na mineração uma oportunidade de retorno ao campo e de suas atividades agrícolas. Sem, necessariamente, abandonar seus empregos nas firmas. A manutenção temporária do status de operário é aí uma estratégia de retomada de sua condição camponesa em específico, e do ponto de vista mais geral, uma estratégia do MST de consolidar seu projeto camponês e de reafirmar a reforma agrária popular Os procedimentos metodológicos são concebidos a partir do trabalho de campo, das técnicas de observação, da aplicação de entrevistas com os sujeitos em questão. O recorte temporal da pesquisa se refere aos últimos dez anos da luta pela terra na Região Carajás no Pará. Nesse contexto, os dados são qualitativos, demonstrando a importância das vozes dos acampados na construção e entendimento da relação mineração e questão agrária.

Palavras-chave: campesinato; mineração; luta pela terra; carajás; proletarização.

ABSTRACT: This article examines the relationship between mining and the agrarian question in southeastern Pará. Specifically, it analyzes the territorialization of a camp associated with the Landless Workers' Movement (MST) in the municipality of Canaã dos Carajás, an area of mining expansion driven by Vale S.A. Motivated by the need to understand the strategies of peasant resistance in the face of the monopolization of territory by mineral capital, the study discusses the phenomenon of peasant proletarianization within the spatial circuit of mining in Carajás, using the Oziel Pereira Alves Camp as a case study. We argue that the struggle for land

Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. CC BY - permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

enables mining wage workers to sustain a connection to agriculture and rural life, without necessarily relinquishing their employment in mining companies. In this context, the temporary maintenance of worker status operates both as a strategy for reasserting peasant identity and, more broadly, as part of the MST's political project to consolidate peasant alternatives and reaffirm popular agrarian reform. Methodologically, the research is grounded in fieldwork, participant observation, and interviews with the camp's residents. The temporal scope encompasses the last decade of land struggles in the Carajás region of Pará. The qualitative data highlight the centrality of the voices of camp residents in constructing and interpreting the complex relationship between mining and the agrarian question.
Keywords: peasant; mining; land struggles; carajás; proletarianization.

RESUMEN: Se trata de un estudio sobre la relación entre la minería y la cuestión agraria en el sudeste de Pará. Para ello, estudiamos la territorialización de un campamento vinculado al MST en el municipio de Canaã dos Carajás. Se trata de una zona de expansión minera liderada por Vale S.A. Nos mueve la necesidad de comprender las estrategias de resistencia del campesinado frente a la monopolización del territorio por el capital mineral. Nuestro objetivo es discutir el fenómeno de la proletarización campesina en el contexto del circuito minero en Carajás. Entendemos que la lucha por la tierra posibilita el retorno de los trabajadores empleados en la minería al campo y a sus actividades agrícolas. Sin necesariamente abandonar sus empleos en las empresas. Mantener la condición de trabajador allí es una estrategia para recuperar su condición campesina en particular, y desde un punto de vista general, una estrategia del MST para consolidar su proyecto campesino y reafirmar la reforma agraria popular Los procedimientos metodológicos se basan en el trabajo de campo, técnicas de observación y entrevistas con los sujetos en cuestión. El marco temporal de la investigación se refiere a los últimos diez años de la lucha por la tierra en la Región de Carajás, Pará. En este contexto, los datos son cualitativos, lo que demuestra la importancia de la voz de los acampantes en la construcción y comprensión de la relación entre la minería y la cuestión agraria.

Palabras-clave: campesinado; minería; lucha por la tierra; carajás; proletarización.

INTRODUÇÃO[1]

Começamos este artigo mobilizando o título de um disco do Grupo MC's Racionais, "Sobrevivendo ao Inferno". O leitor pode estar se questionando o que o disco tem em comum com os camponeses que estão em luta contra a Vale em Canaã dos Carajás? Pois bem, essa associação surge a partir das vozes dos acampados do Oziel Alves Pereira, especialmente de uma acampada que, através de sua percepção e experiência de trabalhar para mineradora Vale ou suas terceirizadas em Carajás, acabou fazendo essa associação metafórica com a sobrevivência no inferno. O disco aborda a violência e a marginalização nos centros urbanos, que podem muito bem ser levados à experiência dos trabalhadores rurais que, em um gesto de sobrevivência, utilizam o trabalho assalariado como estratégia para manter sua base familiar e segurar a luta pela terra.

Interessante destacar que essa associação entre o diabo, inferno e relações especificamente capitalistas já foi trabalhado por Taussig (2010) em seu clássico "O diabo e o fetichismo da mercadoria na América do Sul". De acordo com o fragmento abaixo:

> Em duas áreas rurais sul-americanas extremamente distantes entre si, agricultores camponeses – à medida que se tornavam trabalhadores assalariados sem-terra – invocam o diabo como parte do processo de manutenção e aumento da produção. Entretanto, o mesmo não ocorre quando trabalham na própria terra e de acordo com os seus costumes. Não importa quão pobre e carente ou quão necessário o aumento da produção: apenas quando os camponeses passam por um processo de proletarização é que o diabo adquire importância. Nessas duas regiões, enquanto as imagens de Deus ou de espíritos naturais da fertilidade dominam o *ethos* do trabalho no modo de produção camponesa, o diabo e o mal caracterizam a metafísica do modo de produção capitalista. (Taussig, 2010, pág. 37)

A relação com o disco/música e a questão colocada pelo autor usando o assalariamento como metáfora do diabo e do inferno, além de destacar a unidade contraditória entre campo e cidade, também, dialoga com as resistências contra a opressão e a exploração sistêmica no interior do modo capitalista de produção. Especialmente entre os camponeses acampados do Oziel que demonstraram sua capacidade de luta contra as forças coercivas, seja do latifúndio ou da Vale S.A., ou as duas juntas.

Canaã dos Carajás é um município localizado no sudeste paraense, sendo um território repleto de particularidades e, consequentemente, marcado por diversos conflitos e contradições. Trata-se de uma região com a produção de seu espaço marcado pela expansão da lógica capitalista e pela

[1] O artigo faz parte do projeto de pesquisa intitulado "Mineração e Questão Agrária – um estudo comparativo sobre a violação dos direitos territoriais de Comunidades Rurais em Carajás e Barcarena – Pará. O projeto conta com financiamento da FAPESPA – Fundação Amazônica de Amparo à Pesquisa. O trabalho aqui apresentado é parte, também, da dissertação de mestrado com o título MINERAÇÃO E QUESTÃO AGRÁRIA: Conflitos e Resistências camponesas no Sudeste Paraense

característica de sociedade de fronteira com base numa frente minerária. Isso quer dizer, de antemão, que possui em sua geomorfologia uma riqueza de substâncias minerais. Compondo o vasto complexo formativo de Carajás (Ab´saber, 2004). Exemplo disso são as minas de cobre do Sossego[2], concedidas à Vale S.A., explorada desde 2004, e a maior mina de ferro da história desta corporação, a mina S11D, que entrou em operação em 2016.

De acordo com Sandoval (2019), Canaã dos Carajás pode ser considerada uma manifestação intensa da acumulação do capital. Essa acumulação pode ser percebida através dos grandes projetos de infraestrutura, como o Programa Grande Carajás, que foram instalados a partir do ideário desenvolvimentista da Amazônia nos anos de 1960 a 1980. Esses projetos modificaram as espacialidades locais, alterando as relações sociais e políticas do território e sua relação com o ambiente.

Para Valverde (1989) em seu livro "Grande Carajás: planejamento da destruição", o complexo nada mais é que um circuito espacial. Definidos por zonas de extrações e todas as condições necessárias para que essa atividade possa atuar na região. Segundo o autor, a partir de um olhar estratégico, esses espaços foram criados especificamente para suprir as necessidades da produção industrial, ou seja, atravessados por uma racionalidade expressa na necessidade de produção mineral na Amazônia.

O Acampamento Oziel Alves Pereira está localizado próximo à zona urbana de Canaã dos Carajás. Essa proximidade com a zona urbana e a presença hegemônica da Vale na região criam uma dinâmica complexa para os acampados. Assim, propomos discutir neste artigo os acampados que trabalham na mineradora Vale ou em suas empresas terceirizadas, como uma forma de reprodução camponesa e, por consequência, de fortalecimento do acampamento como Território Camponês (Tavares dos Santos, 1978). Esse aparente paradoxo reflete uma estratégia dual de suas existências: de um lado, a luta pela terra e pela agricultura familiar camponesa, do outro, a necessidade de submeter-se ao trabalho assalariado em um ambiente controlado por uma corporação que simboliza as injustiças contra as quais eles lutam. Esse processo já foi trabalhado por uma vasta literatura (Tavares dos Santos, 1978; Moura, 1988; Hébette, 2004; Martins, 1983; Garcia Junior, 1989; Herédia, 1979; Neves, 1981; Bringel et al, 2018), porém com pouquíssimas discussões e inserções sobre esse fenômeno junto à mineração e aos estudos de geografia agrária.

Nesse contexto, o objetivo deste artigo é compreender como o assalariamento dos camponeses junto à Vale constitui uma estratégia de reprodução do seu grupo doméstico, nucleada pelas unidades de bases do acampamento Oziel Alves Pereira em Canaã dos Carajás. Nesse caso, apesar da

[2] Reservas provadas e prováveis de 244,7 milhões de toneladas de minério de cobre, além de outras 125 milhões de toneladas apenas inferidas. Nos atuais níveis de produção, a vida útil estava prevista para 15 anos, ou seja, seu esgotamento estava originalmente estimado para 2019, mas que deverá ser estendido por mais sete anos, ou mais, já que as pesquisas geológicas prosseguem (Ibase, 2018, p 10).

proletarização ser, geralmente, percebida como uma diferenciação sócio-econômica do campesinato (Lênin, 1988, Neves, 1985) ela se torna uma estratégia de reprodução social num contexto de fronteira capitalista onde a mobilidade do trabalho e sua conversão e reconversão laboral é uma característica estruturante dessas regiões (Bringel, 2015). Além disso, a escolha do acampamento se justifica por ser uma das resistências ao projeto de arrecadação de terras da Vale, agudizando a Questão Agrária no campo paraense.

Abaixo, a figura 1 presencia uma reunião de um Núcleo de Base do Acampamento Oziel Pereira. Importante destacar os trabalhadores com uniforme operacional, uniformes das firmas de mineração da região. Ele é usado em áreas como construção civil e indústria, e é ideal para tarefas pesadas. O uniforme operacional pode ser composto por: Macacões, Jalecos, Calças, Coletes, Jaquetas. Para garantir a segurança e a funcionalidade, o uniforme operacional deve ser feito de tecidos resistentes e fáceis de limpar. Além disso, é possível adicionar Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), como luvas e capacetes.



Figura 1 - Reunião de Núcleo de Base do Acampamento Oziel Alves Pereira

Fonte: Trabalho de campo (2024).

Os procedimentos metodológicos adotados para se entender uma realidade complexa não são dos mais fáceis. Entender a mobilidade do trabalho como uma estratégia não cabe apenas nos dados quantitativos e secundários retirados dos Censos do IBGE. Os processos de conversão e reconversão da força de trabalho camponesa no Sul e Sudeste do Pará são intensos, tanto no tempo como no espaço. Para se ter uma pequena ideia, camponeses nessa região mudam, muitas vezes, no mesmo ano, de ocupação. Em doze meses, passam pela roça, pelo assalariamento na cidade como operário da

construção civil, vão para o trabalho informal nas feiras próximas, se tornam peão de fazenda numa derrubada de juquira, se deslocam para o garimpo, para depois retornarem para a roça.

Além dos deslocamentos espaciais, em tempos bastante efêmeros, temos mudanças intensas de setor para setor econômico (primário, secundário e terciário). Isso tudo se mantendo na condição de acampados e, portanto, na base da luta pela terra. Por isso, o itinerário metodológico seguiu uma abordagem qualitativa de análise, especialmente a partir da oralidade dos acampados, procurando entender suas histórias de vida e recompondo uma espécie de calendário da unidade de produção familiar. Nesse sentido, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com cinco unidades de produção familiar. Entendemos, portanto, que este artigo visa contribuir com discussões sobre a relação entre mineração e questão agrária, exemplificada pela mineradora Vale e os acampados do Oziel Alves Pereira. Especialmente por Canaã dos Carajás ser reconhecida internacionalmente pelos seus polos extrativos, os camponeses veem no trabalho assalariado uma estratégia de fortalecer as bases na luta pela terra.

Entre os barracos de lona, as roças, as minas e as máquinas: estratégias de resistência da luta camponesa.

A relação entre a mineração e a questão agrária no Sudeste Paraense tem ganhado destaque nas últimas décadas. Nesse artigo, discutimos como o MST, através de sua estratégia de Reforma Agrária Popular, tem se aproximado das cidades e, em especial, de setores econômicos considerados urbanos para mobilizarem uma parte de suas bases. Inclusive, para isso, disputando o proletário da mineração. Isso tudo no cenário de Canaã dos Carajás, frente relativamente nova de expansão do neo-extrativismo, em especial da mineração. O maior projeto de expansão da mineração é o projeto S11D[3], onde os minérios de ferro e os minérios de cobre representam 85,9% das exportações, e os derivados de cobre, são 11,8% (Fapespa, 2023). Nesse contexto, por ser área de expansão do capital minerário acaba se tornando uma área de atração populacional, com intenso processo de mobilidade do trabalho, atraindo trabalhadores de diversos lugares, incluindo os camponeses que veem no assalariamento uma estratégia de reprodução social.

A questão agrária no Brasil é uma problemática complexa e multifacetada que atravessa aspectos estruturais de nossa sociedade. Valéria de Marcos destaca que a questão agrária não é nada do passado, sublinhando a sua persistência e relevância ao longo do tempo.

> A questão agrária não é algo do passado. Ao contrário, ela existe e faz parte do presente e se manifesta nas diferentes formas, como as que elencamos acima: nas

[3] O projeto S11D começou a operar em 17/12/2016 com capacidade de extração de 90 toneladas/ano, elevando 30% a produção de minério de ferro da Vale até 2020. A arrecadação de Canaã dos Carajás, no Sudeste do Pará, é hoje 34 vezes maior que quatro anos atrás, a partir da ampliação dos royalties com a entrada do complexo S11D (Serra Sul Carajás). Disponível em: https://vale.com/pt/vale-ha-80-anos-transformando-o-futuro

> ocupações, acampamentos e luta pela terra; no latifúndio, no agronegócio, na produção de *commodities*; na luta contra o uso excessivo de agrotóxico, na difusão de experiências baseadas na agroecologia, na priorização do mercado externo como canal de comercialização, na construção de mercados alternativos de base solidária, entre outras formas. (Marcos, 2016, p. 10)

Observamos que a questão agrária é atravessada por racionalidades distintas e que, no decorrer desse processo histórico, é consequentemente remodelada a partir de novos elementos que emergem e constroem a complexidade dela no campo brasileiro. Entendemos que essas racionalidades são orquestradas pela ação dos agentes do capital que usam o território para a acumulação, ocasionando as problemáticas que sofre os sujeitos subalternos no campo brasileiro até os dias atuais.

Além disso, Fernandes (2001) descreve os diversos problemas estruturais que a permeiam:

> Os problemas referente à questão agrária estão relacionados, essencialmente, à propriedade da terra, consequentemente à concentração da estrutura fundiária; aos processos de expropriação, expulsão e exclusão dos trabalhadores rurais: camponeses assalariados; à luta pela terra, pela reforma agrária e pela resistência na terra; à violência extrema contra os trabalhadores, à produção, abastecimento e segurança alimentar; as modelos de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecnológicos, às políticas agrícolas e ao mercado, ao campo e à cidade, à qualidade de vida e dignidade humana. Por tudo isso, a questão agrária compreende as dimensões econômica, social e política. (Fernandes, 2001, p. 23-24)

Todas essas problemáticas podem ser observadas no campo paraense. Com um detalhe a mais: a variável das frentes minerárias ocupando os territórios. O aumento da mineração, seja ela industrial ou no garimpo, especialmente a partir do processo de territorialização da mineradora Vale, agudizou exponencialmente as Questões Agrárias no Estado do Pará. Por isso, podemos afirmar que não dá para entendê-la sem essa variável e vice-versa.

A tese defendida nesse artigo é de que a luta pela terra realizada pelo MST possibilita aos trabalhadores assalariados na mineração um retorno ao campo e suas atividades agrícolas. Sem, necessariamente, abandonar seus empregos nas firmas ligadas ao circuito espacial da produção minerária em Carajás. A manutenção da condição de operário é uma estratégia refinada de retomada de sua condição camponesa em específico, e do ponto de vista geral, uma estratégia do MST de consolidar seu projeto camponês e de reafirmar a reforma agrária popular, estendendo sua necessidade não só para os agricultores, mas mobilizando, também, os trabalhadores das empresas, colocando a necessidade dessa mesma reforma agrária para o campo e para a cidade. Entendemos que esse processo contribuiu para a recriação de novas formas de resistência ao avanço do capital no campo, em especial, na luta contra a monopolização do território pelas corporações minerárias em Carajás. A estratégia de “um pé na roça e outro pé na mina” possibilitou um processo de recriação do campesinato mesmo sob condições hostis. Numa região de claro processo de expansão dos grandes projetos minerais da Vale. Ver figura 02.

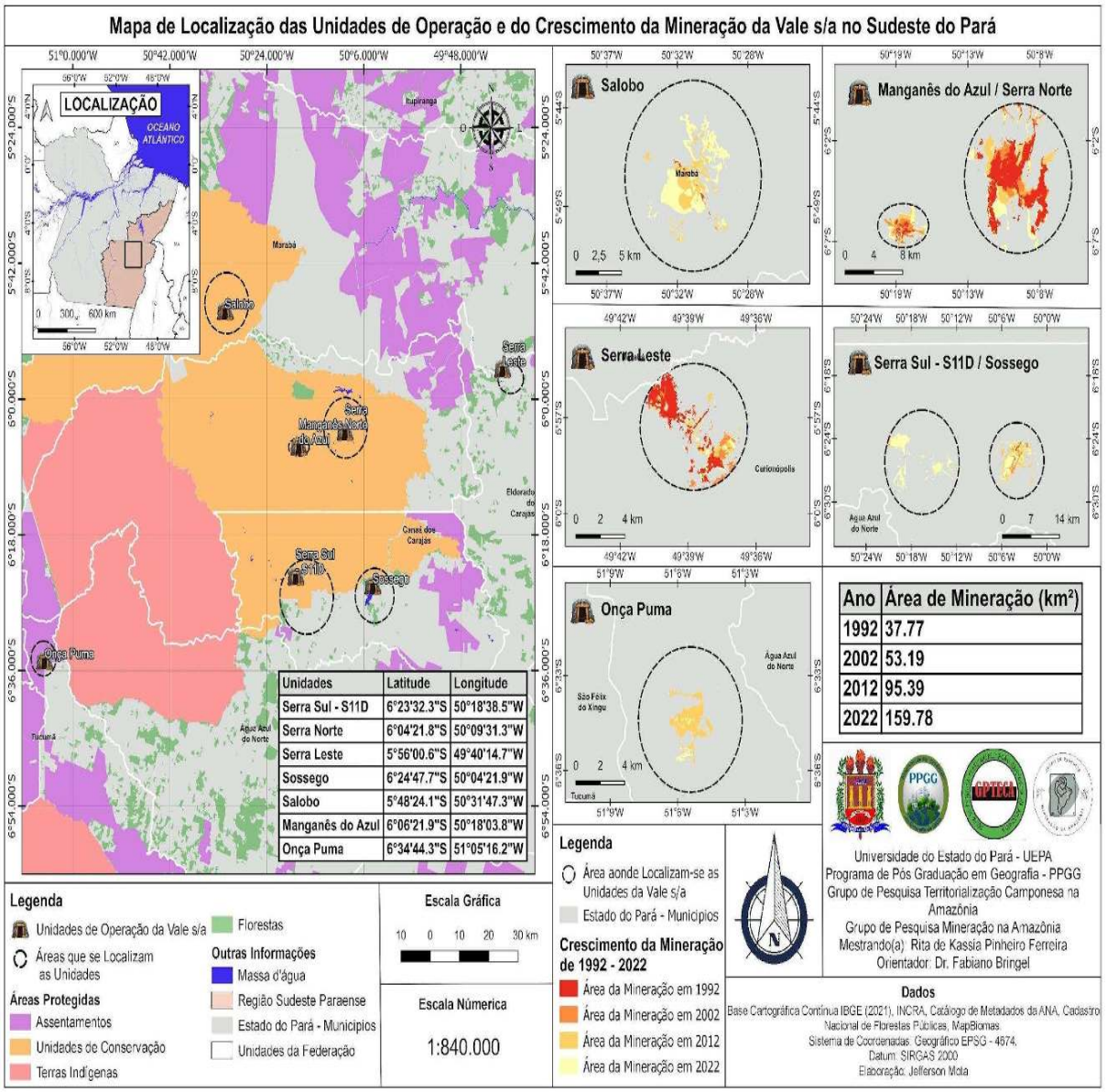


Figura 2 - Mapa de crescimento das atividades minerárias da Vale S/A no Sudeste do Pará (1992-2022)

Fonte: Trabalho de Campo do GPMA (2024)

O Acampamento Oziel Alves Pereira está localizado no Sudeste paraense, no município de Canaã dos Carajás. Sua ocupação iniciou no dia 21 de abril de 2024, como fruto do Abril Vermelho, o tradicional mês de lutas realizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) em defesa da reforma agrária. Em 2024, o lema é "Ocupar para o Brasil alimentar", e durante o período do Abril Vermelho, foram realizadas cerca de 24 ocupações em 11 estados. Acima, na figura 2 uma representação cartográfica ilustrando o aumento das áreas de mineração nos últimos 20 anos no Sudeste do Pará. Passaram-se de 38 quilômetros quadrados em 1992 para 160 quilômetros quadrados em 2022. Um aumento de quase 400% do território.

A figura 2 também ilustra a relação direta entre a questão fundiária e a territorialização corporativa da Vale S.A no Sudeste do Pará. Através da estratégia de arrecadação de terras, essa empresa está no cerne dos conflitos. A intensificação da compra dessas terras se configura como uma nova tática de *cercamento*, impedindo os camponeses de um recurso fundamental: a terra de trabalho. Nova porque se levarmos em consideração as ações corporativas da Vale, em momentos anteriores na região, veremos que a institucionalização de áreas protegidas, como o cinturão verde em Parauapebas (Coelho et al, 2002), como uma medida de contenção territorial a outros sujeitos externos às firmas, já não se consegue mais levadas a cabo em função do alto processo de pecuarização e de formação de pastos. E mais do que isso. Significa o que Martins (1981) apontou em seu clássico trabalho sobre a contradição entre terra e capital. O capital, minerário no caso, para circular é preciso pagar renda já que a propriedade da terra acaba se levantando como uma barreira para a sua circulação. É a apropriação de sua renda absoluta através da relação contraditória entre terra e capital.

Desde 1980, com a instalação do Programa Grande Carajás[4], houve um processo de re(estruturação) ocasionado pela mineração após a criação de projetos extrativos para explorar abundantemente o minério de ferro. No Brasil, a Vale S.A. destaca-se por ser detentora da exploração de lavras dos principais complexos minerais, no Pará e em Minas Gerais. É responsável por 68% de toda a agitação de cargas ferroviárias no país e por 27% da logística portuária, sendo, consequentemente, a principal fornecedora de logística do Brasil (Vale, 2012).

Nesse sentido, a mineração no Brasil é hegemonicamente dominada pela Vale, que lidera a produção e o mercado mundial de minério de ferro. Toda essa dinâmica do circuito espacial da produção mineral no Pará é um forte componente de atração populacional. Em todas as etapas desse processo que envolve extração (minas), a transformação (indústria), distribuição (portos, hidrovias e terminais) e consumo (nas cidades do Brasil e de potências capitalistas como Japão, EUA e China) temos pessoas sendo atraídas para trabalhos específicos nessa complexa engrenagem. Por isso, compreendemos que a mobilidade do trabalho nessa região é um fator imprescindível para a produção e reprodução do capital minerário.

Para Becker (2015), a mobilidade dos trabalhadores não ocorre de maneira espontânea, mas é estimulada pelo Estado também. A criação de órgãos como o GETAT – Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins e o GEBAM – Grupo Executivo de Terras do Baixo Amazonas, que participaram da reestruturação do espaço agrário paraense para controlar a distribuição e concentração de terras, e posteriormente a criação dos PAs Carajás e os Cederes I, II, III, que deram origem ao município de Canaã dos Carajás, exemplificam essa intervenção estatal. Essas ações ilustram como a mobilidade

[4] O Programa Grande Carajás foi concebido em polos industriais escolhidos sobre um mapa, nos locais de extração mineral e beneficiamento primário a serem feitos. O polo de Carajás se destaca pela exploração de ferro, manganês, cobre e níquel (Valverde, 1989).

desses sujeitos, apesar de ser contraditória, atende às necessidades do capital, transformando e reproduzindo o território conforme os interesses econômicos. Esse fenômeno, inclusive, tem rebatimentos no intenso processo de fragmentação territorial que sofreu a região no início do século XXI. Para se ter uma ideia, foram criados 18 novos municípios na região Sudeste do Pará entre os anos 2001 e 2011. Isso dá quase 02 (dois) sendo criados por ano (IBGE, 2011).

Para Boechat (2019), os fluxos migratórios são essenciais para a reprodução ampliada do capital, sendo o processo de territorialização do capital que confere sentido a esses movimentos. Isso significa que a expansão e consolidação do capital em novos territórios dependem diretamente da mobilidade das populações. Assim, a migração não é apenas uma consequência, mas também um mecanismo crucial que permite ao capital moldar e redefinir os territórios de acordo com suas necessidades e estratégias de crescimento.

Fonseca e Junior (2011, p. 96) oferecem uma perspectiva esclarecedora sobre o movimento dos acampados, delineando os fatores e implicações desse fenômeno:

> Atualmente, os movimentos de luta pela terra têm cada vez mais integrantes que viviam ou viveram nas cidades, pessoas que até nasceram na cidade, mas que hoje querem viver na terra, por diferentes motivos: o desemprego nas cidades, a ligação dos pais e avós com a terra etc. Assim, temos uma geração de trabalhadores rurais que nasceram nas cidades e sonham em ter seu pedaço de chão, pessoas que sempre foram assalariadas, nunca moraram na zona rural, mas que já trabalharam na terra, configurando o que se denomina como "recriação camponesa". Isso prova que o ser humano se transforma durante o processo em que busca a manutenção de sua família e de seu modo de vida, o que impede de pensarmos camponeses e proletários como sujeitos fixos e inalteráveis, sendo assim sujeitos em constante mutação. (FONSECA & JÚNIOR, 2011, pag. 96)

A análise dos autores contempla um fato curioso que se apresenta nas ocupações: a transição de muitas pessoas que, após chegarem ao acampamento, têm suas perspectivas transformadas. Esse fenômeno ilustra o diálogo entre o campo e a cidade, o urbano e o rural destacando a relação existente – campesinato e o trabalho assalariado – evidenciando que o horizonte de retorno ao campo sempre foi uma estratégia dentro muitos grupos familiares que passaram processos migratórios e que ao se depararem com uma oportunidade real e objetiva (luta pela terra via acampamentos/assentamentos) se lançam nessa reconstrução de um modo de vida e de produção perdidos (Bringel & Machado, 2020).

De acordo com Souza (2019, p. 31), analisando o caso específico da dendeicultura no Nordeste paraense, concluiu-se que o processo de assalariamento do camponês possibilitou a manutenção e o fortalecimento das unidades camponesas. Nesse sentido, eles ressignificam seus territórios por meio de outros elementos, com estratégias de fortalecimento de seu sítio por uma sofisticada estratégia de utilização dos componentes do grupo na alternância entre monocultura do

agronegócio e sua própria roça, de modo que as fissuras causadas pela ação empresarial do dendê levem “mais um processo de campesinização do que descampesinização.”.

Nesse caminho apontado, conseguimos identificar realidade similar entre os camponeses assalariados pela Vale, onde a relação empregatícia se torna crucial para impulsionar, também, a luta pela terra. Entendemos, portanto, que o salário recebido pelos trabalhadores é reinvestido nas estruturas familiares, contribuindo para consolidar a resiliência e resistência do conjunto do grupo familiar doméstico e também do próprio acampamento. Dessa forma, o vínculo econômico não é apenas para sua sobrevivência, mas também para fortalecer a base de mobilização coletiva, dando continuidade à luta camponesa.

Esse processo acontece da seguinte maneira: o salário recebido é reinvestido na alimentação, infraestrutura e nas bases do acampamento:

> O nosso salário serve pra ajudar na construção do acampamento pra fazer o rancho pro pessoal que fica aqui no acampamento poder comer, com as madeiras pra gente montar os barracos, com as lonas ajudar nas coisas que falta ou quando tá faltando alguma coisa, por que as ações aqui são no coletivo. (Acampado no acampamento Oziel Alves Pereira, 06 de maio de 2024).

Assimilamos que o processo de assalariamentos dos trabalhadores pela Vale é uma estratégia de resistência e manutenção do acampamento. Parte do salário é reinvestida nas necessidades fundamentais, como infraestrutura e organização interna, fortalecendo a base coletiva e assegurando a continuidade da luta pela terra. Dessa forma, o salário é percebido como uma ferramenta estratégica para fortalecer o coletivo, garantindo a permanência do acampamento.

A discussão sobre a dupla jornada do camponês e sua inserção no metabolismo do capital destaca a complexidade de equilibrar o trabalho assalariado e a manutenção de sua família e seu modo de vida. De acordo com Thomaz Júnior (2006, p. 154), o camponês, apesar de ser assalariado, não perde a sua identidade camponesa:

> Assim, não se estaria diante da classificação direta ou subentendida de subproletários ou de classe subordinada à classe operária, mas sim de uma classe ou segmento (a depender da situação), dissociado da complexa trama intensa em países como o Brasil, que vive a duplicidade de ser camponês e de exercer outras atividades laborativas, bem como em alguns momentos utilizar trabalhadores assalariados, sendo, pois, essa condição para manter sua realidade/identidade camponesa. (Thomaz Junior, 2006, pag. 154)

As análises do autor nos ajudam a revelar um movimento significativo no campo paraense, especialmente em municípios mineradores como Canaã dos Carajás, onde os camponeses utilizam suas condições de assalariados para sustentar e fortalecer suas bases agrícolas. Nesse contexto, os camponeses do Oziel acabam trabalhando nas empresas pela necessidade de reprodução do seu modo

de vida. Contudo, eles não abandonam suas raízes: os salários são reinvestidos na manutenção e no vínculo com a terra, essa estratégia permite que os camponeses continuem a lutar pela terra, como exemplificado na fala de um acampado do Oziel:

> O dia que eu consegui essa terra aqui aquela terceirizada não me ver nunca mais, em nome de Jesus. Não vou passar uma noite de sono pra aquela empresa nunca mais na minha vida. Hoje você podendo trabalhar uma terra, você não precisa trabalhar não. (Araújo, acampamento do Oziel Alvez Pereira, 07 de maio de 2024).

Observamos que a fala de Araújo expressa a profunda conexão e desejo de independência dos camponeses em relação às terceirizadas da Vale. Ele ressalta que o valor do trabalho da terra é como o meio de garantir a autonomia e o modo de vida de sua família, destacando a terra como uma fonte de liberdade e dignidade. Esta perspectiva reforça a ideia de que, ao cultivar suas próprias terras, para não mais se submeter ao trabalho assalariado, apenas viver o modo de vida almejado.

Conforme Misnerovicz (2017), uma das principais motivações de ir para o acampamento é livrar-se do trabalho assalariado ou precarizado e conquistar sua autonomia. O termo “livrar-se” encapsula o desejo dos camponeses de se emanciparem das condições de trabalho que comprometem sua dignidade e qualidade de vida. Como podemos confirmar no fragmento de depoimento abaixo.

> A empresa te oferecer um serviço escravo igual a Vale oferece, um cartãozinho, de onde que outra empresa tem isso? Olha eu trabalhava na JCL trabalhei 3 anos, trabalhei na Vix de motorista de ônibus, tinha vez que meu cartão era 1.100 reais. Eu sou do Mato grosso e eu vim atrás da escravidão. Cento e vinte reais um frango agora se tu quiser comer, tá na vale? A área da Vale é assim. Cinco mil pessoas alojadas lá, tem três por três, que sobre todo dia doze horas semanal, e tem o ADM segunda à sexta, segunda à sexta fica alojado 4:30 tem como sair pra rua, a mulher vem comprar um sabonete, creme dental e volta pra prisão de novo, mas ganha bem entendeu? Mas aí se você quiser morar aí vai ter que pagar o aluguel, e por isso que eu tô falando que é um trabalho escravo porque tu não tem escolha, você ta na prisão lá por quê? Você tá precisando de dinheiro pra você se manter, pra comer, comprar uma roupa. É a terra como que tu consegue, compra? A riqueza maior do Brasil está em Canaã dos Carajás, ela (Vale) faz esses coleginho aí pra essas pessoas, faz curso de jovem aprendiz e aí ta legal. Ela (Vale) vai te dar um salarinho desses pra tu ser escravo dela. Mas eu não quero isso pra mim mais, minha plantação vai ser meu ouro. (Mineiro, acampado do Oziel Alvez Pereira,06 de maio de 2024.)

O depoimento de Mineiro revela as duras condições de trabalho enfrentadas por muitos trabalhadores na região, especialmente sob influência das grandes corporações como a Vale. Ele descreve a realidade de um trabalho que se assemelha à escravidão. “Eu vim atrás da escravidão” remete à sua escolha a partir da necessidade de sobreviver, mesmo que a consequência fosse a falta de liberdade. Entendemos que sua busca por autonomia e liberdade nasce através da luta pela terra, pois a sua identidade camponesa é reconhecida por perceber que a sua verdadeira riqueza não está nas minas onde trabalha, mas na sua própria plantação.

Entendemos que o território se apresenta como uma questão central na fala de Mineiro. Apesar das múltiplas conceitualidades que cercam o território, destacamos a leitura do Território como "Território-Abrigo" que se reflete na fala de Mineiro. A conceituação do "território-abrigo" é pensada como território-terra-abrigo, já que a terra - tudo que ela contém - é comumente um fundamento da reprodução da vida das populações do campo e das comunidades tradicionais (Antonino, 2019, 52). Nesse sentido, o território através da agricultura é a manutenção da reprodução camponesa, o território é visto como vida e não como mercadoria.

Outro ponto importante na fala de Mineiro é a cooptação dos jovens camponeses por meio do programa "Jovem Aprendiz" da Vale. Esse programa visa atrair "jovens talentos" entre idades de 18 e 21 anos, oferecendo um período de formação de dois anos com supostos "vários benefícios e vantagens", incentivando-os a trabalhar e construir sua carreira profissional na empresa. Entendemos, pela fala de Mineiro, que a Vale realiza um processo de aproximação com os jovens, o que contrasta com a visão de Lula, outro acampado da Oziel, que descreve que, ao atingirem uma certa idade, os trabalhadores são desprezados pela empresa:

> Eu comecei a trabalhar em carajás em 1990, levantava quatro horas, três horas da manhã pra puder pegar o carro quatro horas pra ir pra Parauapebas e poder ir pra mina. Mas pro resto da vida eu tô aqui ô, hoje vê se eles olham meno pra mim, quando eles veem o cara com a barba branca não quer saber mais, já fica de cara virada, esse daí só trabalha tantos anos só. (Lula, 65 anos, acampado do Oziel Alvez Pereira, 08 de maio de 2024)

Pelas palavras de Lula, fica claro que, apesar de ter dedicado anos de sua vida à empresa, ele agora é tratado com desdém devido à sua idade avançada. Ele descreve que desvalorizam sua contribuição, ignorando sua experiência e dedicação, evidenciando o contraste de uma empresa que prioriza a formação de "jovens talentos" enquanto negligência e marginaliza os trabalhadores mais velhos, que são descartados após anos de serviço. Compreendemos que as estratégias de racionalidade corporativa da Vale perpassam por uma seleção de trabalhadores que possam compor suas demandas de produtividade, as quais os trabalhadores mais velhos não conseguem preencher, sendo dispensados por não se encaixarem mais em tal racionalidade.

Nesse contexto, a tabela 01 apresenta o perfil dos vínculos ativos na extração de mineração no ano de 2022. Ela é representada pela distribuição dos trabalhadores por faixa etária, fornecendo uma visão clara da composição etária da força de trabalho, destacando as faixas predominando aquelas menos representadas.

Tabela 1 - Perfil dos Vínculos ativos na extração de minérios, 2022.

TRABALHADORES POR FAIXA ETARIA	ATÉ 24 ANOS	25 A 29 ANOS	30 A 39 ANOS	40 A 49 ANOS	50 a 64 ANOS	65 OU MAIS
PORCENTAGEM (%)	9%	12%	33%	28%	16%	2%

Fonte: RAIS- MTE. Valores de Dezembro 2022. (deflator: INPC-IBGE) Adaptado pelos autores. 2024.

Nesse contexto, os dados apresentados na tabela 1 sobre a distribuição dos trabalhadores por faixa etária revelam que os jovens de até 24 anos constituem apenas 9% dos trabalhadores, indicando os desafios de inserção no mercado de trabalho e a conciliação com os estudos. A faixa etária de 25 a 29 anos representa 12%, indicando a transição entre a conclusão dos estudos e a consolidação da carreira. A faixa etária de 30 a 39 anos, que representa 33% do total, indica um período em que o trabalhador está no auge de sua força de trabalho. A segunda maior faixa etária é a de 40 a 49 anos, com 28%, demonstrando que uma parte significativa da força de trabalho continua em uma fase madura de produção. Os trabalhadores de 50 a 64 anos correspondem a 16%, refletindo uma queda significativa no mercado de trabalho. No entanto, os trabalhadores com 65 anos, ou mais, constituem apenas 2%, indicando a lógica etarista e excludente das ações corporativas na mineração.

De acordo com as falas de Mineiro e Lula e os dados da tabela 01, podemos identificar que as empresas neo-extrativistas, especialmente a Vale, apesar de apresentarem programas de inserção da juventude na vida laboral no interior do circuito espacial da produção minerária como os “Jovens Aprendizes” o que nos aponta a realidade é que esse nicho etário ainda se apresenta muito tímido (9%). Percebe-se, igualmente, a importância do trabalhador no auge de sua força de trabalho para o aumento da produtividade dessas grandes corporações. De 30 a 50 anos conformam 61% do total da força de trabalho. No entanto, a contestação na fala de Lula acima é percebida na análise da faixa etária acima de 50 anos (apenas 18%), onde os trabalhadores não conseguem alcançar a alta produtividade, não se encaixando mais em tal racionalidade. Por isso, são excluídos desse mercado de trabalho.

Além disso, os camponeses que trabalham na Vale revelam uma política de contratação que contém uma assimetria regional intensa. A empresa, frequentemente, traz a mão de obra especializada de fora, reservando os trabalhos mais pesados e menos qualificados para os residentes/nativos, como observamos na fala de um acampado:

> Hoje quando se trata da elite [trabalhador com qualificação elevada] eles traz pessoas de fora pra trabalhar nela, entendeu? Em vez de dar esses cursinhos forjados, porque ela (Vale) não começou a preparar e trabalhar o povo daqui pra poder dominar? Quando ela (Vale) pega 20 homens pra trabalhar no pesado tem elite que vem aqui e pega a diária de 50 homens por dia. Enquanto os 50 homens

> trabalham pra ganhar uma mixaria 30, 50 reais a diária que no caso é assim o cara vem se sentou numa mesa falou duas palavras e ganhou. Outra coisa vende barato, ela vende nosso minério barato usa nós e lucra muito, mas nos que trabalha, lucra pouco nós que somo a massa escrava deles e as coisas quando volta, volta caro pra nos. ("Neguinho", acampamento Oziel Alves Pereira, 8 de março de 2024).

A fala de "Neguinho" reflete uma profunda insatisfação com as práticas econômicas da Vale em Canaã dos Carajás. Ele descreve uma divisão do trabalho clara: os moradores locais realizam os trabalhos mais árduos e mal remunerados, enquanto os de fora ocupam as posições mais bem pagas. Além disso, externaliza a exploração dos minérios e a venda em preços baratos, enquanto os produtos derivados retornam a preços elevados, evidenciando a desigualdade.

Na reflexão de Coelho (2019, p. 157), podemos ver que essas assimetrias no contrato da mão de obra tendem a aumentar conforme for a intensificação do processo de exploração das substâncias minerais e a utilização de tecnologias mais sofisticadas no interior do circuito da mineração. O que se aprofunda é o processo da superexploração do trabalho pela lógica do aumento da mais-valia relativa nos grandes polos da Vale em Canaã dos Carajás:

> A oferta de mão-de-obra no local onde é realizada a extração mineira se torna inelástica devido à automação e à mecanização do processo produtivo em minas a céu aberto. Isto existe uma mão-de-obra especializada e inexistente de modo geral nas regiões e até de outros países. Os cargos de baixa exigência técnica costuma ser preenchidos por empresas terceirizadas que, aí sim, utilizam da abundância da oferta de mão-de-obra local e de contingentes populacionais que migram para as regiões mineradoras em busca de trabalho (COELHO, 2019, pag. 157)

A análise do autor condiz exatamente com a fala de "Neguinho", ambos percebem essa política assimétrica exercida pela Vale. Dos de "fora" e dos "dentro". Além disso, demonstram a estratégia após o processo de reestruturação produtiva, em que as empresas terceirizadas acabam por fazer o papel de recrutar esses trabalhadores (de "dentro"). Uma vez que os cargos que exigem especialização da mão-de-obra não podem ser alcançados por aqueles que migram e tampouco pelos camponeses, esses trabalhadores são descritos pelos próprios trabalhadores como "a massa escrava", perpetuando uma dinâmica de exploração e desigualdade.

Percebemos, portanto, que a ação do metabolismo do capital, a partir de uma racionalidade corporativa, prevê o trabalhador assalariado como mero elemento na engrenagem de um mecanismo que precisa ter alta produtividade. Esse elemento, embora seja o mais importante dessa mesma engrenagem, só é considerado necessário quando está no auge de sua força de trabalho.

Além da definição de trabalho escravo, outra perspectiva é a de que trabalhar como assalariado pela Vale é como estar em uma "prisão". Foucault (1987), na sua obra "Vigiar e Punir", explora a evolução dos sistemas de punição e controle social. Ele introduz o conceito de panoptismo, onde a vigilância constante e invisível se torna um mecanismo de controle social, moldando o comportamento

dos indivíduos mesmo quando não estão sendo observados. Isso pode ser reafirmado na fala do "Jogador", Acampado do Oziel, que descreve o trabalho nas empresas como uma prisão de vigilância contínua:

> Lá é igual uma prisão, você não pode ficar sem camisa é proibido. Mulher tem o lugar dela, homem tem o lugar dele. Se você se conhece e nós tamo trabalhando, você trabalha numa empresa e eu trabalho em outra se pegarem a gente conversando oito hora da noite vão pensar que tamo fazendo coisa errada e aí manda os dois embora. É igual a cadeia lá dentro, tem gente que fica doidinho da cabeça lá, os caras fica esperando o sábado e o domingo pra vir pra rua. Tem muito maluco lá que conhece mulher e no outro dia já que se juntar com a mulher por causa disso. ("Jogador", acampamento Oziel Alvez pereira, 06 de maio de 2024.)

Considerando essa perspectiva, nota-se que o trabalho assalariado, em certas condições, pode ser percebido como uma forma de aprisionamento. O que corrobora com a própria etimologia da palavra *trabalho*[5]. A imposição de regras rígidas, juntamente com a vigilância constante, criando um ambiente de controle absoluto, leva os trabalhadores a um estado de ansiedade e desconforto. Além disso, a partir da fala do "jogador" podemos perceber a desumanização e a alienação que a Vale exerce sobre os seus trabalhadores, esse cenário reflete a teoria de Foucault sobre o panoptismo. Demonstrando que a vigilância que a Vale exerce molda e controla o comportamento dos trabalhadores, submetendo-os a um sistema de poder que invade todos os aspectos de suas vidas.

Uma das faixas do disco, chamado "Diário de um detento"[6] relata a realidade brutal e opressiva vivida pelos presos no sistema carcerário brasileiro, destacando a falta de liberdade e a vigilância constante. Desse modo, essa narrativa encontra paralelos na fala dos trabalhadores da Vale, que descrevem suas condições de trabalho como uma prisão. Compreendemos que, a partir da fala do "jogador", que assim como os detentos, os trabalhadores da Vale enfrentam uma vigilância constante, regras restritivas em um ambiente que limita sua liberdade. Utilizamos a faixa para tal comparação, pois a situação dos trabalhadores evidência a alienação presente em ambos os contextos, revelando como diferentes sistemas de poder podem impor condições opressivas.

Nesse caminho também anda Conceição (2017, p. 19) que descreve: "Assim, o trabalhador, na medida em que não se reconhece nos frutos de seu trabalho, torna-se alienado. Cabe à ideologia do capital o processo de alienação; motor de todo processo de acumulação". Compreendemos que a Vale exerce estratégias específicas para alienar seus trabalhadores. Elas, por sua vez, podem ser descritas como "escravidão ou prisão" como vimos nos parágrafos anteriores. Sem esse processo de alienação do trabalhador, o capital não conseguiria se reproduzir da maneira que necessita.

Apesar de Canaã dos Carajás ser vista como a "Terra prometida" para muitos acampados, ainda assim, é um lugar de constantes conflitos, devido ser uma área dominada por distintas

[5] A palavra trabalho vem do latim *tripalium*, que era um instrumento de tortura usado na Roma antiga.
[6] Do grupo de Rap Racionais MC´s.

racionalidades como latifundiários, empresários e as corporações mineradoras como a Vale que detém quase 72% do território de Canaã dos Carajás. Nesse sentido, identificamos na fala de um acampado do Oziel, a dificuldade de manter um acampamento próximo à zona urbana de Canaã dos Carajás:

> Canaã dos Carajás é uma área muito difícil de acampamento assim, porque o povo trabalha quem não trabalha três por três, trabalha seis por dois, trabalha um dia sim e outro não, e fica aquela coisa ruim da gente manobrar o povo dentro do acampamento. Mas também é só ligar pra fulano de tal e dizer que o Incra está cadastrando que peão larga as firmas na hora. Eu sou assalariado e trabalho à noite e fico aqui durante o dia, eu trabalho na Vix que é uma terceirizada da Vale. (Araújo, acampamento Oziel Alvez Pereira, 08 de maio de 2024.)

Segundo Araújo, é evidente que Canaã dos Carajás é um ambiente difícil para os acampamentos devido à proximidade com a zona urbana e à jornada de trabalho dos acampados. As jornadas de trabalho enfrentadas pelos trabalhadores demonstram uma rotina irregular que torna a organização do acampamento uma tarefa árdua. No entanto, essa narrativa evidencia não apenas os desafios enfrentados pelos acampados, mas também o desejo profundo de conquista da terra para produzir e reproduzir seu modo de vida.

De acordo com Coelho (2019, p. 159), sobre a superexploração do trabalho que ocorre devido à rotina dos trabalhadores, ele descreve que:

> A jornada de trabalho acrescida do tempo de locomoção, entre casa e mina, é uma condição do trabalho em Carajás que coloca a questão a saúde metal e física de trabalhadores que em muitos casos exercem ofício de risco. Esses trabalhadores precisam gozar de condições de trabalho que permitem estarem focados durante o ofício nas minas, já que se trata de ocupação conhecidamente perigosa.(COELHO, 2019, pag.159)

Entendemos, igualmente, que a sujeição do trabalho ao capital dificulta a permanência dos acampados integralmente para fortalecer a centralidade da organização do acampamento coordenado pelo MST, sendo um movimento em massa. Contudo, mesmo com as adversidades, eles conseguem manter suas escalas de trabalho e a moradia no acampamento, pois a resistência por meio do acampamento é a única esperança de conseguir a terra.

O camponês utiliza seu salário não só para suprir necessidades básicas, mas também para fortalecer suas bases agrícolas e lutar pela terra. Entendemos o camponês-assalariado como uma estratégia de resistência e permanência da luta campesina. Essa relação se torna evidente quando, por meio do trabalho assalariado, eles conseguem melhores condições, possibilitando que deixem de trabalhar nas empresas e se dediquem à conquista da terra e à reprodução do seu modo de vida.

De acordo com Souza (2019, p. 33), que evidência como o assalariamento é visto pelas famílias e as relações atribuídas a partir do processo de reorganização da família camponesa junto à expansão da dendeicultura, afirma:

> O assalariamento, nesse contexto do dendê, é visto pelas famílias camponesas como uma oportunidade de conseguir bens duráveis (casa, motocicleta, utensílios de trabalho e eletrodomésticos) que possibilitem maior conforto na casa; e renda para investir na unidade doméstica em constante produção. Assim, não há de fato uma proletarização, mas uma reorganização da família camponesa engendrada em seus territórios, a fim de conservar e recriar seus afetos no campo, seja com a terra, seja com a família extensa, seja com a comunidade. (SOUZA, 2019, pag. 33)

Apesar de o contexto de estudo do autor ser outro, no caso o dendê, é possível associarmos ao contexto do circuito espacial da mineração. Os camponeses que hoje trabalham na Vale ou em suas terceirizadas entendem o trabalho assalariado como uma oportunidade de conseguir bens duráveis. Além disso, conseguir a renda por meio do trabalho assalariado não só para a reprodução do seu modo de vida, mas também para seus núcleos de bases, fortalecendo a luta pela terra e a consolidação do acampamento, fazendo uma luta coletiva resistente enquanto não são assentados.

Tendo em vista os aspectos mencionados, a partir da perspectiva dos trabalhadores assalariados da Vale, entendemos o camponês assalariado como uma estratégia de resistência e de permanência da luta campesina. Além disso, através do salário, eles conseguem reinvestir para as bases familiares do acampamento. A escolha do disco "Sobrevivendo ao Inferno" para a temática desse artigo foi justamente para evidenciar as estratégias do campesinato no seu processo de reprodução no capitalismo. As similaridades de resistência e resiliência entre as canções ecoadas nas vozes dos camponeses contribuíram para tal comparação.

Considerações Finais

Ao longo do texto, apresentamos o processo de formação sócio-espacial da Região de Carajás. Seu itinerário passa pela conformação das oligarquias dos castanhais, a chegada dos grandes projetos desenvolvimentistas na região com a expansão da pecuária extensiva e de grãos até a consolidação do capital minerário, subalternizando as outras lógicas hegemônicas anteriores.

Ao longo desse itinerário, os camponeses desenvolveram uma série de estratégias para sua reprodução. A construção dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STR´s, passando pela luta posseira ocupando o latifúndio dos Castanhais até a territorialização do MST na região. Esse longo aprendizado refina os instrumentos de resistência desses trabalhadores. Nessa longa caminhada os camponeses, assalariados pelo vetor minerário de desenvolvimento, entenderam que a polivalência do seu trabalho e o aumento do que Chayanov chamou de penosidade do trabalho poderiam ser importantes instrumentos de r-existência na lógica de monopolização do território pelo capital. Por isso, este artigo, através da escuta sensível das vozes dos acampados do acampamento Oziel Alves Pereira, identifica que o processo de assalariamento dos camponeses se converte num poderoso instrumento de fortalecimento das bases do acampamento na luta pela terra.

A inserção contraditória e desconfiada que os trabalhadores acampados fazem no interior do circuito espacial da mineração em Carajás permite que, ao conquistar a terra, os camponeses consigam se libertar do processo de aprisionamento narrado por eles. Esse movimento contempla a reprodução social necessária para manter o seu modo de vida e a recomposição da luta campesina. Apesar da expansão da mineração no Sudeste Paraense e da promessa de implantação de novos projetos de operação, os camponeses resistem, demonstrando a complexidade do campo paraense.

Os acampados descrevem a proletarização como "aprisionamento" ou "escravidão", como um momento de fricção com que Michael Taussig chamou de relação diabólica com a mercadoria. São processos de intensificação da exploração e da precarização do trabalho a que são submetidos, principalmente pelas escalas desumanas de trabalho. Essa pesquisa evidencia a venda da força de trabalho do camponês para as empresas da Vale apenas para sua sobrevivência e para o fortalecimento de suas bases na luta pela terra.

Para os camponeses do acampamento Oziel Alves Pereira em Canaã dos Carajás, o trabalho assalariado nas empresas da Vale representa esse momento de subordinação ao capital. Da "sobrevivência no inferno" como cantam os Racionais MC´s. Enquanto dedicam parte de seu tempo à mineração para garantir seu modo de vida, seu verdadeiro desejo é retornar à terra e viver daquilo que produzem. Esse ciclo de trabalho e a luta pela terra demonstra a resiliência desses camponeses em manter seus modos de vida enquanto resistem à pressão da expansão da Vale.

REFERÊNCIAS

AB´SABER, Aziz. **Amazônia** – do discurso a práxis. São Paulo: EDUSP, 2004.

ANTONINO, Lucas. **Territórios Extrativo-mineral na Bahia:** Violações de direitos e conflitos nos territórios Terra-Abrigo. Tese de doutorado - Programa de Pós-graduação em geografia - Universidade Federal da Bahia; Salvador, 2019.

BECKER, Berta. **Fronteira Amazônica** – questões sobre a gestão do território. IN: VIEIRA, I. As Amazônias de Berta Becker – ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

BOECHAT, Cássio. **Mobilidade do trabalho no Brasil**: a recepção da obra de jean-Paul de Gaudemar e uma perspectiva crítica para os estudos migratórios. Simpósio Nacional de Geografia Urbana; SIMPURB; 14 a 17 de nov; 2019.

BRINGEL, Fabiano de Oliveira. Fronteiras agrárias intermitentes e processos de territorialização do campesinato na Amazônia: uma análise comparativa de projetos de assentamento no Sudeste e Sudoeste do Pará. Recife: PPGG/UFPE, Tese de Doutorado, 2015.

BRINGEL, Fabiano de Oliveira; NEVES, Evandro Carlos Costa; BRITO, Arthur Erick Monteiro Costa de. "Eles não vieram, eles chegaram" : a territorialização dos camponeses no sudeste do Pará na Palmares II - Paraupebas/PA . **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 12, n. 27 Ago., 2018. DOI:

10.14393/RCT122707. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/38842. Acesso em: 17 set. 2025.

BRINGEL, Fabiano de Oliveira.; MACHADO, Brena Regina Lopes. Processos de migração e relação rural-urbano no entorno do complexo mínero-metalúrgico em Baracarena (PA). Urbelância: CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, Edição especial, v. 15, n. 39, p. 391-420, dez.,2020. DOI: https://doi.org/10.14393/RCT153921.

COELHO, Maria Célia Nunes; LOPES, A.; SILVA, A.; SILVA, F.; FONSECA, H; MATOS, I.; SOUZA, M. Territórios, Cidades e Entornos no Espaço da Mineração em Carajás/Pará-Amazônia Oriental. In: ROCHA, Gilberto de Miranda; TRINDADE JR, Saint-Clair Cordeiro da. (Org.). Cidade e Empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local. Belém: Paka-Tatu, 2002.

COELHO, Tadzio. A superexploração da força de trabalho em Carajás**. IN:** CONGILIO, Celia. BEZERRA, Rosemayre. MICHELOTTI, Fernando. (orgs.). **Mineração, trabalho e conflitos amazônicos no Sudeste do Pará**. Marabá: Iguana, 1º ed., 2019.

CONCEIÇÃO, A. L. Produção do espaço e conflitos territoriais: expropriação da terra e exploração da natureza. In.: SUERTEGARAY, D. M. A. (ORGs). **Geografia e conjuntura brasileira**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017, p. 13-34.

Conflitos no Campo Brasil, 2021 (org) IN: GONÇALVEZ, Calos. WANDERLEY, Luiz. RIBEIRO, Amanda. LEÃO, Pedro. SILVA, Vinicius. **Expropriação, Violência e Re-existência:** uma geografia dos conflitos por terra no Brasil 2021. CPT Nacional, 2022.

DIEESE. **Panorama da extração de minérios no Brasil**. São Paulo, Junho; 2024.

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Contradições do desenvolvimento e o uso da Cfem em Canaã dos Carajás (PA) –** Rio de Janeiro, 2018.

FAPESPA. Região de Integração de Carajás Perfil Socioeconômico e Ambiental. Disponível em: http://seplad.pa.gov.br/ppaonline/regiao/Apresentacao_Carajas.pdf. Acesso em: 08 de dez. 2023.

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e Punir:** nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987.

FONSECA, Silas. JUNIOR, Antônio. **Trabalho assalariado e resistência camponesa no assentamento são Joaquim em Selvíria-MS.** Mundo do trabalho; Revista Pegada – vol. 15 n.2.

GARCIA JUNIOR, Afrânio. **O Sul**: caminho do roçado – estratégias reprodução camponesa e transformação social. Brasília: EDUNB, 1989.
HÉBETTE, Jean. **Cruzando a Fronteira** – 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2004.

HERÉDIA, Beatriz Maria Alásia. **A Morada da Vida** – trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LENIN. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia (volume I). In: Os economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil:** As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Editora: Vozes, Petrópolis, 1983.

MARCOS, Valéria de. **Novas (ou) velhas alternativas para o campo na Amazônia e a questão agrária na atualidade**. IN: MACEDO, Cátia. BRINGEL, Fabiano. SANTANA, Rosiete. SOUZA, Rafael. (orgs.). Os "nós" da questão agrária na Amazônia. IN: Editora: Açaí; Belém, 2016.

MISNEROVICZ, José Valdir. **O papel dos acampamentos na luta pela terra.** Geografia das redes de mobilizações sociais na américa latina: resistências e rebeldia desde baixo nos territórios de vida. SINGA, Curitiba: novembro, 2017.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1988.

NEVES, Delma Pessanha. **Lavradores e Pequenos Produtores de Cana**: estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital. Rio de Janeio: Zahar, 1981.

NEVES, Delma Pessanha. **Diferenciação Sócio-Econômica do Campesinato**. São Paulo: Revista Ciências Sociais Hoje, 1985. Anpocs, Cortez Editora, 1985: 220-241.

RACIONAIS MC'S. **Sobrevivendo ao Inferno. –** 1ª ed.- São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SANDOVAL, Juan. La "**Megarregíon Arizona-Sonora" como zona específica de intensa acumulación (Zeia) en el espacio global para la expansión del capital transnacional de la frontera méxico-Estado Unidos**. Repocs, v.16, n.32, ago./dez. 2019. DOI: https://doi.org/10.18764/2236-9473.v16n32p21-49

SOUZA, Rafael. **Quando o trabalhador assalariado é camponês:** um estudo dos agricultores camponeses nos campos de dendê no nordeste paraense. Campo-Território: Revista de geografia agrária, v. 14, n. 32, p. 28-58, abr., 2019. DOI: https://doi.org/10.14393/RCT143202

TAUSSIG, Michel T. **O diabo e o fetichismo da mercadoria na América do Sul**. São Paulo: UNESP, 2010.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente, ***Os Colonos do vinho;* estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo, Hucitec, 1978.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. **Se camponês, se operário! Limites e perspectivas para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil**. In: THOMAZ JÚNIOR, A. et al (Org.). Geografia e trabalho no século XXI: volume 2. Presidente Prudente: Centelha, 2006. p.130-167.

VALVERDE, O**. Grande Carajás: planejamento da destruição**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

VALE. **Nossa história**. Editora: Verso Brasil, 2012.

SOBRE OS AUTORES

Rita de Kássia Pinheiro Ferreira - Graduada em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade do Estado do Pará (UEPA - 2023). Mestranda na área de análises socio-espaciais e territoriais no campo da amazônia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia Pela Universidade do Estado do Pará (Atual). Acadêmica do curso de especialização Lato Sensu de análise Ambiental pela Universidade Federal do Pará (Atual). Tem experiência na área de Geografia, atuando nos seguintes temas: mineração, campesinato, agricultura familiar, movimentos socias. E pesquisadora no grupo de pesquisa Territorialização e camponesa na amazônia - GPTECA/UEPA. Ligada a Rede de pesquisadores em Geografia (Socio) Ambiental RP-G (S) A. mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia, desenvolvendo pesquisa sobre mineração e questão agrária no sudeste paraense. É bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (Fapespa).

E-mail: ritadekassiaofc1998@gmail.com

Fabiano de Oliveira Bringel - Possui graduação em Geografia, licenciatura e bacharelado pela Universidade Federal do Pará (2001). Fez mestrado em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável pela UFPA/Embrapa (2006). Doutor em Geografia pela UFPE (2015) na área de concentração Regionalização e Análise Regional. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Agraria e Agricultura Familiar Camponesa, atuando principalmente nos seguintes temas: Amazônia, campesinato, assentamentos rurais, questão agrária e conflitos territoriais, mineração e Questão Ambiental. É professor do Curso de Geografia da UEPA. Pesquisador ligado a Rede de Pesquisadores em Geografia (Socio)Ambiental RP-G(S)A. Coordena o Grupo de Pesquisa Territorialização Camponesa na Amazônia - GPTECA/UEPA e compõe o Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço Agrário e Campesinato - LEPEC. Integra o GT Pensamento Crítico em Geografia da CLACSO - Conselho Latino Americano de Ciências Sociais. Atua também como docente da pós graduação lato sensu em ensino de geografia da amazônia e professor permanente do Programa de pós graduação em geografia - PPGG da Universidade do Estado do Pará. Atual vice-coordenador do PPGG/UEPA. Desenvolve pesquisas financiadas pela Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (Fapespa).

E-mail: fabianobringel@uepa.br

Data de submissão: 20 de fevereiro de 2025

Aceito para publicação: 01 de setembro de 2025

Data de publicação: 05 de outubro de 2025